



<https://doi.org/10.51880/ho.v27i01.1458>



Apresentação ao dossiê “60 anos do Golpe de 1964: memória, história e oralidades”

Lucileide Costa Cardoso*

ORCID iD 0000-0001-5080-3387

Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil

A proposta central deste dossiê foi discutir e divulgar novas reflexões sobre a construção da memória e da história da última ditadura brasileira, iniciada com a inflexão golpista civil-militar de 1964, que completará 60 anos em 2024. No entanto, o seu objetivo maior foi tratar a narrativa oral com delicadeza, demonstrando a sua força política, narrativa e emotiva, capaz de reorientar novas perspectivas de compreensão de um trauma que até hoje nos atormenta.

Os últimos acontecimentos da nossa frágil democracia em 8 de janeiro de 2023, moldaram um imaginário de violência e de reação antidemocrática sob o lema de “volta à ditadura” e contra o Estado Democrático de Direito. Assim, continuamos sob a égide da memória, da multiplicidade de versões e de posições políticas divergentes que se entrecrocaram na remissão a esse “passado que não passa”, para nos apropriarmos da expressão de Henry Rousso (1996). Sem dúvida, a intenção é problematizar a “guerra de memórias” que se estabeleceu no Brasil e no mundo a respeito do tema. Segundo Cardoso (2012, 2014), novas e velhas armas são usadas nesse combate que parece interminável do ponto de vista de um universo rico de artefatos de memórias e de histórias que já foram produzidas desde sempre e continuam a gerar revoltas de memórias e polêmicas historiográficas. Esse arsenal serve para despertar e estimular uma cultura da memória, contribuindo para remediar a amnésia conciliatória como ponto-chave de interpretação da inflexão política de 1964.

* Professora Titular do Departamento de História e do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA). E-mail. lucileidec@ufba.br.

Dito isto, convoco os leitores a nos acompanhar nesta jornada a partir de algumas inquietações: Para que serve recordar um golpe de Estado que instaurou a mais longa ditadura brasileira? Qual o papel do historiador nesse contexto de “superpolitização” do debate em torno dos seus 60 anos? Quando emerge no Brasil uma cultura de memória?

A inspiração para a formulação dessas questões veio do historiador francês Marc Bloch, que, antes de ser morto no campo de concentração nazista em 1944, deixou manuscritos que foram reunidos e publicados *a posteriori* sob o título *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Nele, Bloch pretendeu responder à pergunta do seu filho, Étienne Bloch: Pai, para que serve a História? A história se faz no presente, respondeu Bloch. Ela explica o vivido, traz elementos e dados do passado para compreendermos o que estamos vivendo agora. Anos depois, o historiador Eric Hobsbawm (1995) acrescentou: a história serve para lembrar os que os outros insistem em esquecer, especialmente os traumas, genocídios, guerras, revoluções, ditaduras e resistências.

Tais reflexões permitem afirmar, na atualidade, que vivemos a “era do trauma”, em que o testemunho se tornou um caminho de sobrevivência, de buscar atestar a verdade, evitando assim a sua extinção. A abrangência do vivido, do recriado e do dialogado presente em diversos artefatos memorialísticos (livros, filmes, minisséries, peças teatrais, acervos orais, etc.) inspiram uma nova direção ou uma “guinada testemunhal e decolonial”, no dizer do historiador Márcio Selligmann-Silva (2022), em que o testemunho se transformou em bastião de ética. Novos sujeitos e novos objetos em torno da memória e da história do golpe de 1964 e da ditadura que faz 60 anos estão garantindo essa virada do saber histórico a respeito do tema. Negros, indígenas, comunidade LGBTQAPN+, mulheres, crianças, adolescentes, neurodivergentes, dentre outros, passaram a ganhar centralidade. Uma massa documental oriunda das comissões de verdades que se espalharam pelo país a partir de 2011, além dos arquivos já existentes, bem como os acervos orais que coletam histórias de vidas e organizam testemunhos, potencializam um vir a ser de esperança e de novidades, capazes de dessacralizar visões enviesadas.

A bem dizer, opera-se também uma transformação que é preciso demarcar: a guinada subjetiva tão evidente nos debates em torno dos 50 anos do golpe de 1964, em 2014, e que permitiu tratar a memória dos sobreviventes com delicadeza, demonstrando a sua força política, narrativa e emotiva, tornou-se agora, em 2024 um novo fenômeno, ou seja, a “guinada testemunhal e decolonial”, cujo sentido é o de ampliar e reorientar novas perspectivas de compreensão de um trauma que até hoje nos atormenta trazendo à cena histórica sujeitos antes subalternizados e invisibilizados.

Em suma, a nossa intenção foi pensar o que pode a história oral nesse campo de memórias em disputas sobre o golpe de 1964 e a ditadura? Quais as possíveis contribuições e tensões que faz da voz do depoente uma importante ferramenta de entendimento histórico desse período? Com isso, pretendemos desenvolver a escuta

paciente dessas narrativas orais e repô-las no contexto da história social da memória, o que nos permitirá identificar traços recorrentes e singulares da memória política que assume contornos de convenção, no dizer de Ecléa Bosi (1979), bem como buscar a abrangência do vivido, do recriado e dialogado.

Dito isto, passamos a comentar sobre os seis artigos que compõem este dossiê. Sem dúvida, eles apresentam recortes temáticos temporais baseados em aspectos teórico-metodológicos que indicam novos caminhos historiográficos. O primeiro deles é de Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto, intitulado “Sonhos interrompidos, perseguição política e uma vida reinventada: o golpe de 1964 e seus desdobramentos na vida do militante político Mery Medeiros da Silva”, em que analisa os impactos do golpe de 1964 no cotidiano e na vida de sujeitos considerados “subversivos”. Para tanto, opta por contar a história do militante político Mery Medeiros da Silva, potiguar e comunista, que foi perseguido, preso e torturado durante a ditadura no Rio Grande do Norte. Nos anos 2000, fundou uma associação de anistiados políticos, reinventando o seu viver e o dos outros como parte desse coletivo. Com isso, adota a metodologia da história oral, oportunizando o cruzamento de fontes variadas que expressam narrativas, dados, informações e adjetivações sobre o ocorrido.

O segundo artigo, de Wellisson Rafael Barros Silva e Rogério de Carvalho Veras, “Foi tudo difícil viu, difícil e perigoso”: memória, trauma e esquecimento de um preso político da Operação Mesopotâmia (1971), em Porto Franco (MA)”, concentra-se também em resgatar um testemunho de quem viveu na fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins durante a realização de uma intensa ação repressiva do Exército brasileiro em agosto de 1971. Para entender os processos de esquecimento e silenciamento de militantes dos movimentos sociais da região que resistiram à ditadura, o autor entrevistou um camponês, ex-presos político e vítima dessa violenta ação do Estado, lembrando tantos outros que sofreram as agruras da repressão e só puderam falar no período da redemocratização.

Os dois artigos seguintes do dossiê refletem sobre a Amazônia: as condições de vida dos trabalhadores e de seus familiares, e a luta do povo Tiriyo contra as investidas missionárias, reveladora de políticas inapropriadas a que foram submetidos os povos originários da floresta. Com o título “Dizibilidades e visibilidades da colonização dirigida às margens da Transamazônica – Brasil, década de 1970”, Filipe Menezes Soares nos oferece uma reflexão sobre a “Amazônia da Ditadura”, analisando o projeto desenvolvimentista do Governo Médici no início da década de 1970, responsável por uma política de deslocamento e assistência destinada aos trabalhadores e familiares oriundos do Nordeste e alojados às margens da rodovia Transamazônica. Completa essa guinada histórica decolonial o artigo intitulado “O protagonismo Tiriyo e o domínio das ferramentas de denúncias na década de 1980”, de Joanan Marques de Mendonça, que visa discutir a Missão Tiriyo de 1964, projeto do governo brasileiro e que contou com a colaboração dos frades franciscanos, permitindo a formação de um núcleo

populacional na fronteira com o Suriname, trazendo impactos para o povo Tiriyo. Através da história oral e de outros documentos, o texto destaca o papel de resistência dos Tiriyo ao projeto governamental missionário e o modo como eles recorreram ao domínio da língua portuguesa e dos códigos jurídicos brasileiros para fomentarem a luta pela terra e por seus direitos.

O quinto artigo, de Polliana Moreno dos Santos, retoma o tema das efemérides do golpe e da emergência de uma cultura da memória no Brasil através do potencial midiático. Com o título “O programa Observatório da Imprensa e a série “Chumbo Quente”: testemunhos e a luta por reparação e justiça nos 50 anos do golpe de 1964”, investiga a memória sobre a atuação da imprensa nos anos da ditadura civil-militar. O foco central é analisar a série televisiva “Chumbo Quente”, de 2014, produzida pelo programa Observatório da Imprensa, sob a coordenação do jornalista Alberto Dines. A autora destaca o papel-chave da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e o debate instaurado entre 2011 e 2014 na sociedade. Assim, o seu texto analisa três testemunhos que aparecem na referida série, cujas histórias se entrecruzam, com sentido de reparação e justiça: a advogada Lygia Jobim, a jornalista Hildegard Angel e o ex-delegado do *Departamento de Ordem Política e Social* (Dops) Cláudio Guerra.

O sexto artigo, de Liniker Noberto, “Combates pela história, disputas de memórias: o caso do golpe de 1964 e a ditadura”, investiga o debate historiográfico atual a respeito do termo civil-militar como complemento à palavra ditadura, centelha lançada pelo historiador Daniel Aarão Reis Filho em entrevista concedida a Revista da Biblioteca Nacional e publicada em 2012. Assim, o autor avalia esse caso particular, problematizando a brecha interpretativa de Reis Filho de que a sociedade não resistiu, pelo contrário, foi cúmplice, responsável, cada um ao seu modo, pela ditadura.

Assim, a partir desses novos recortes temáticos e diferentes abordagens sobre período, desejamos que os leitores reflitam mais profundamente sobre o significado de um golpe de Estado que inaugurou 21 anos de ditadura no Brasil e que nos obriga a retomar noções de resistência e engajamentos no momento em que a história ocupa lugar fundamental nas batalhas políticas do presente, tornando-se objeto de disputas e manipulações.

Referências

- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.
- CARDOSO, Lucileide Costa. *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas: Editora da UFRB, 2012.
- CARDOSO, Lucileide Costa. 50 anos depois: discursos de memória e reconstruções históricas

sobre o Golpe de 1964 e a Ditadura Brasileira In: LOFF, Manuel (Coord.). *Ditaduras e revolução: democracia e políticas da memória*. Coimbra-PT: Edições Almedina, 2014. p. 375-402.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROUSSO, Henry. A Memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janáina (Org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 93-101.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2022.